

## **O AGROEXTRATIVISMO PRATICADO PELOS POVOS TRADICIONAIS DO CERRADO COMO ALTERNATIVA DE REPRODUÇÃO SOCIAL ECONÔMICA E CULTURAL**

Prof. Msc. Robson Munhoz de Oliveira<sup>1</sup>  
Prof. Dra Rosângela Ap. de Medeiros Hespanhol<sup>2</sup>

### **Resumo**

A partir da década de 1970, a maior difusão do agronegócio no cerrado goiano e, por conseguinte, do conjunto de meios técnico-científicos inerentes à engenharia genética, transformou profundamente as relações Sociedade-Natureza. Esse processo converteu parte da Região Centro-Oeste num meio Técnico-Científico-Informacional, porém sem suprimir por completo as territorialidades dos povos tradicionais do cerrado que vivem do agroextrativismo, entre os quais prevalece a simbiose harmônica entre Sociedade e Natureza. Propondo contribuir para desvendar a trama social inerente à tecnificação do Cerrado e superar os problemas socioambientais dela decorrente, o presente trabalho busca problematizar as possibilidades e limites das táticas de reprodução social, econômica e cultural adotadas a partir do potencial natural do Cerrado, com agregação de saber à produção, pela comunidade de agroextrativistas do Povoado de São João Evangelista, situado na Reserva Extrativista de Recanto das Araras de Terra Ronca no Município de São Domingos – GO, constituída de Povos Tradicionais do Cerrado.

**Palavras-Chave:** agronegócio; povos tradicionais; reprodução social.

---

<sup>1</sup> doutorando pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, geounesp@hotmail.com

<sup>2</sup> Docente dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP Campus de Pres. Prudente - São Paulo. Email: medeiroshespanhol@yahoo.com.br

## **Introdução**

A partir da 1970 com a expansão do agronegócios na região Centro-Oeste que impediu que o país colocasse seus recursos para cumprir sua função socioambiental, houve a conformação no território nacional de uma Nova Ordem Espacial, que teve como razão fundante, a fluidez do capital, para acomodar sua lógica unilateral de reprodução ampliada e inconsequente. Essa racionalidade menosprezou o substrato natural necessário para a diversidade da vida: o solo, a água, as florestas, as savanas e os animais, submetidos e subestimados na sua importância vital para humanidade que historicamente dependeu desses elementos para sua existência.

A despeito desse processo, defende-se como hipótese, a viabilidade de uso *sustentável do potencial do território cerradoiro* pelos seus Povos como uma das *táticas<sup>3</sup> de reprodução sociocultural*, seja para o auto-consumo, seja para obtenção de renda, tendo o extrativismo como atividade complementar ou mesmo como única fonte de renda, através da coleta e agregação de saber aos frutos nativos do cerrado para o aproveitamento alimentar e produção de bebidas. Esses produtos, que possuem sabor peculiar, possuem um nicho constituído especialmente por um público pertencente à classe média e alta, sensibilizados com a questão ambiental.

Ademais, a confecção de artesanatos para o uso ornamental a partir das raízes, folhas, flores, galhos e troncos, cabaças, cortiça, cipós, sementes etc., e seu uso fitoterápico e fitocosmético de plantas nativas, constitui em mais algumas possibilidades que já vem sendo explorada pelos agricultores e que podem ser potencializadas como *táticas* de reprodução sociocultural dessas comunidades, com impactos ambientais mínimos. Os diferentes ciclos produtivos das diversas plantas do cerrado ao longo do ano e a possibilidade de armazenamento dos frutos beneficiados (congelado, desidratado, em conserva, etc.) por longo período, possibilita renda o ano todo.

---

<sup>3</sup> *Tática* é usada aqui com a acepção atribuída por Certeau (1994, p. 41) que a define como, o cálculo das “[...] operações quase microbianas que proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alteram o seu funcionamento.” No pensamento de Certeau, a sabedoria popular engendra maneiras de utilizar o sistema e suas ordens dogmáticas, como forma de resistências ou ao menos "manobras" de enfrentamento entre forças desequilibradas.

## **A Revolução Técnico-Científica no campo e suas implicações para os Povos Tradicionais**

### **Viver é plural (Guimarães Rosa)**

A regiões tropicais, embora detentoras da maior produtividade biológica do Planeta, não era no período anterior à década de 1970, o *locus* por excelência da reprodução ampliada do capital no campo. Para essa investida, particularmente no campo brasileiro, foi necessário importar um modelo técnico-científico dos países temperados, que redundou num forte impacto socioambiental que, indelevelmente, imprimiu cicatrizes no território brasileiro, inicialmente circunscrito a manchas do Sudeste e, *a posteriori*, estendido a outras regiões do País. Com esse processo, assistiu-se a extrema uniformização biológica, ideológica, cultural e técnica, fundadas em uma racionalidade pragmática e mercadológica que, paradoxalmente, tornaria mais eficiente a produção de biomassa, áreas já detentoras naturais desse potencial. Esse processo não se restringiu a agricultura, mas vinculado a ela, foi forjado um sistema de técnicas inteiramente novas em todo o território nacional (SANTOS, 2006).

Na mais recente etapa do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, o capital firmou suas bases no Cerrado. Esse processo de ocupação mais sistemática da região foi aprofundado na década de 1970, com a possibilidade aberta por meio da aplicação de novos meios técnico-científicos ao plantio de soja, tais como: utilização de sementes melhoradas e adaptadas aos solos ácidos do cerrado; utilização da irrigação tipo pivô central; e, com a difusão mais generalizada de insumos químicos, tratores e implementos de grande porte, somados aos incentivos fiscais e aberturas de novas vias de circulação ligando essa região aos grandes centros consumidores e portos do País.

O *neoplantation* de exportação territorializou-se sabendo aproveitar bem a marca natural do Planalto Central – a topografia plana ou suavemente ondulada - onde a mecanização foi facilitada, restando, com muita sorte, as terras mais acidentadas para os Povos<sup>4</sup> Cerradeiros, não raro, resultando em sua desterritorialização. Para tomar o

---

<sup>4</sup> Diegos; Arruda (2010) usam “sociedades tradicionais” “[...] para definir grupos humanos diferenciados sob o ponto de vista cultural, que reproduzem historicamente seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social e relações próprias com a natureza. Essa noção refere-se tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional, que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos.” Exemplos empíricos de populações tradicionais são as comunidades caiçaras, os sítiantes e roceiros, os quilombolas, os ribeirinhos, os pescadores artesanais, os grupos extrativistas e indígenas. Exemplos empíricos de populações não-tradicionais são os

exemplo do Estado de Goiás, as áreas relativamente mais preservadas estão localizadas no nordeste do Estado, enquanto que as áreas com níveis mais elevados de devastação estão situadas no Centro-Sul dessa unidade da federação. Esse fato relaciona-se as características da topografia da região, de maneira que as áreas desfavoráveis à mecanização não perderam totalmente sua proteção natural.

Atualmente a expansão do agronegócio, principalmente da soja, milho, algodão e cana, a construção de usinas hidroelétricas e especulações com a terra para atender aos ditames do mercado, se constituem nas principais ameaças ao cerrado, que está sendo aniquilado a uma taxa de 1% a 1,5% a. a. Neste início de século, estima-se que 70% a 75% das áreas de chapadas deram lugar as monoculturas de grãos, algodão, cana-de-açúcar, eucaliptos, *pinnus alba* e *pinnus elliotis* (CALAÇA, 2010).

O *agroplantation*, por meio da compra, não raro a preços simbólicos ou do grilo, prática corriqueira na região, suprimiu os *Gerais* como possibilidade - outrora área de uso comum entre extrativistas e fazendeiros - privatizando recursos genéticos, o solo e a água, privando a maioria dos povos dos direitos fundamentais para a manutenção da vida.

Não obstante, conforme destaca Hespanhol (2008), a chamada agricultura convencional-produtivista, tornou-se alvo de questionamento de movimentos sociais e ambientalistas, que ressaltaram os aspectos nefastos do pacote tecnológico da Revolução Verde para o solo, a água, a atmosfera, os animais e a própria saúde e bem-estar humano. A autora tece duras críticas ao viés produtivista da agricultura, que no atual cenário de reconhecimento da crise ambiental, se propõe ser uma agricultura sustentável, mudando-se apenas partes das práticas produtivas. Os defensores desse viés defendem que o desenvolvimento científico-tecnológico é o único capaz de superar o atual estágio de escassez de alimentos e do esgotamento dos recursos naturais.

Hespanhol (2008) destaca ainda que a Região Centro-Oeste se destaca em termos de área produtora nos moldes do sistema orgânico, mas com pequeno número de produtores, ou seja, 520 mil ha, explorados por 750 produtores, representando área média de 693,3 ha, o que caracteriza uma produção de natureza extensiva. Com base nestes dados, a autora problematiza:

---

fazendeiros, veranistas, comerciantes, servidores públicos, empresários, empregados, donos de empresas de beneficiamento de palmito ou outros recursos e madeireiros.

[...] será que este tipo de produção caracterizado como orgânica [...] pode ser considerado como sustentável na perspectiva da Agroecologia? A produção realizada em larga escala, com base na monocultura, adotando práticas alternativas como o manejo integrado de pragas, o plantio direto e o emprego de matéria orgânica para a fertilização das lavouras podem ser efetivamente sustentáveis em médio e longo prazo? (HESPANHOL, 2008, p. 131)

Hespanhol (2008) destaca ainda, com base em Caporal e Costabeber (2002), que a agricultura de base ecológica não deve limitar-se aos aspectos ambientais que se oriente unicamente pelo mercado, mas deve considerar a dimensão social, cultural, política e ética.

Deste modo, tem-se que as técnicas modernas, como modo de fazer, tornam-se hegemônicas e seguem hegemонizando os territórios por meio de projetos expansionistas articulados por agentes do capital nacional e estrangeiro. São os atores protagonistas do período atual que reinam imperantes, reservando o papel de coadjuvantes para os atores sociais das comunidades locais. Essa *Nova Ordem Espacial* conforma apenas remanescentes do conhecimento coletivo das matrizes tradicionais, subjugados à sombra do capital. Com isso estamos querendo dizer que a sociedade de uma maneira geral e, os agricultores em particular, tornam-se refém das multinacionais detentoras das patentes tecnológicas do conhecimento-mercadoria.

### **Homogeneização biológica, destruição do Cerrado e do saber tradicional**

De acordo com Klink; Machado (2005) o Cerrado possui a mais rica flora do mundo dentre as savanas, com mais de 7.000 espécies, sendo que a diversidade de espécies de aves, peixes, répteis, anfíbios e insetos é igualmente grande, o que não se aplica, entretanto, aos mamíferos. Por essa razão, o Cerrado é um dos *Hotspots* para a conservação da biodiversidade mundial. Esse conceito se explica basicamente por duas variáveis: o alto endemismo e a forte ação antrópica negativa. Entretanto, atualmente apenas 2,2% das áreas do cerrado estão legalmente protegidas.

De acordo com Abreu (2009) *apud* Almeida (2010, p. 53) a despeito de cerca de 50% das florestas tropicais já terem sido depredadas, o Brasil ainda possui 23% do total de espécies do Planeta e, entre os países com megabiodiversidade, ocupa o primeiro

lugar. A autora destaca ainda que “[...]apenas 5% da flora mundial foram estudados e só 1% é utilizado como matéria-prima. ”

Importante ressaltar que a biodiversidade ou diversidade biológica não se limita à dimensão pertencente ao mundo biológico. De acordo com Diegues; Arruda (2001) as espécies são objeto do saber, de domesticação e uso e, comumente são fonte de inspiração para mitos e rituais por sociedades tradicionais não-industrial, mas também se tornou mercadoria para a sociedade moderna-consumista. De acordo com Almeida (2003, p. 72): “Com base na noção ocidental de natureza estruturou-se o imaginário que dá sentido ao mundo moderno e à sua cosmologia, que possui uma concepção ‘naturalista’ da realidade.” Vista por esse prisma, a natureza constitui-se um “âmbito material e objetivo que existe em si” (ALMEIDA, 2003, p. 72), sendo considerado externo à sociedade, portanto, independente das relações sociais travada no seu interior e do saber sobre ela.

A autora afirma que existe uma pluralidade de valores no que tange ao Cerrado, de modo que a natureza passa a ser apreendida como um conceito plural: para uns ecossistema, para outros capital. Todavia, para Almeida (2003, p. 75): “[...] Esta natureza está ancorada em um território e é intrínseco a este.”

Na esteira desse processo, a agricultura capitalista, com a falsa promessa de acabar com a fome e compensar a saída de pequenos agricultores do campo, mas em verdade objetivando salvaguardar os lucros com a ampla produtividade, cria a dependência de algumas poucas sementes geneticamente modificadas, em prejuízo as sementes crioulas experimentadas pelos Povos cerradeiros, que em grande parte, estão se perdendo geneticamente.

Santamarta (2002) nos alerta sobre o risco da erosão genética e ressalta a urgência de preservação das variedades nativas, inclusive para criar novas variedades adaptadas e resistentes às novas condições. Neste sentido o autor observa que 90% dos alimentos que o mundo consome provém de apenas 15 espécies de plantas e oito animais, o que resulta em uma rápida e sem precedente homogeneização dos cultivares e animais.

Gonçalves (2004) destaca que o saber-fazer legado do patrimônio tradicional é, contraditoriamente, reconhecido pelas grandes corporações, que dele se apropria com o aval dos Estados. Dessa maneira, as empresas sediadas nos países centrais saqueiam os

recursos genéticos dos Povos Tradicionais do mundo subdesenvolvido para logo venderem a preços elevados com o rótulo de tecnologia materializada nas sementes, animais, medicamentos, cosméticos etc., assim comandando o processo e subordinando o agricultor com reflexos nas relações de poder.

Um aspecto interessante é a problemática do abandono das práticas tradicionais por muitos agricultores familiares. Isso ocorre porque, vistos pelo alto e estritamente pelos indicadores econômicos, se enaltece o agronegócio e seus eficientes insumos que são vendidos como panacéia. Para os agentes do agronegócio, a aplicação dos conhecimentos biotecnológicos destina-se ao atendimento das demandas conjunturais de mercado, portanto, são produtores de mercadorias, cujo cultivo oscila de acordo com a maior capacidade de remuneração em cada momento. Ao contrário, para os agricultores familiares, cuja produção destina-se à subsistência e à comercialização do excedente, a apropriação da biotecnologia implica em perda de conhecimentos e práticas agrícolas produzidas ao longo do tempo e transmitidas pelas gerações, como o caso das sementes crioulas e as práticas de trabalho coletivo de ajuda mútua.

Isso posto, é importante dizer que a devastação da vegetação natural significa a perda do conhecimento acumulado ao longo dos tempos sobre o uso medicinal tradicional das plantas pelas populações a elas associadas. Estas, muitas vezes, migram para centros urbanos, provocando a ruptura do saber e conhecimento acumulado em sua vivência com a natureza. Schultes (1994 *apud* ALMEIDA, 2003, p. 74) denomina este processo de “queima de biblioteca”.

Neste contexto, o que se desenha com certeza é o confronto, não entre conhecimento mais e conhecimento menos, mas matrizes distintas da maneira de se pensar o fazer. Colidem o Local e o Global, ideologias distintas e distantes, o hegemônico e o hegemonzado. Conflitam-se em espaços coincidentes de temporalidades distintas. São os tempos antagônicos do sertanejo e do forasteiro. O tempo lento da natureza e o tempo acelerado do capital se estranham e se entrelaçam no território. O tempo do capital não é o tempo do índio, do varjeiro/varzeiro, do ribeirinho, do extrativista, da quebradeira de babaçu e de outros sujeitos que ainda caminham e navegam lentamente, como que sem pressa. E o saber-fazer tradicional, resiste ao fazer cientificizado, que vai ganhando hegemonia, mas sem apagar por completo a memória do território nem suas rugas. Assim, podemos dizer que na

contramão desse processo, num antagonismo inevitável e incessante, estão os Povos Cerradeiros. Para Certeau (1994) as sabedorias milenares pautam o enfrentamento da uniformização e do controle pretendidos pelos que dão a ordem e que intentam governar em nome de um conhecimento supremo e do “interesse comum”.

Foram as populações cerradeiras, com seus sistemas produtivos, que nos permitiram ser testemunhos oculares desse bioma, isto é pensar o Cerrado como algo concreto e não como uma lenda, ou, que a obra-prima: *Grande Sertão: Veredas*, escrito em 1956, não fora fruto da imaginação de Guimarães Rosa. Os Cerradeiros e Cerradeiras, enquanto existirem e resistirem, serão os bibliotecários do acervo da vida no Cerrado, essa imensa biblioteca da vida. Guardiões memoráveis de *uma outra história*, necessária para fazer frente a *história única* e os estereótipos arraigados na ideologia da elite branca. No curso desse processo, muitos assalariaram-se no campo ou na cidade, ao passo que outros buscaram táticas de reprodução social e econômica, seja por meio da luta organizada em movimentos sociais e/ou desenvolvem táticas produtivas, articulando agricultura e coleta de frutos nativos e outros recursos naturais como buscaremos mostrar.

### **Os Cerradeiros como sujeitos da sua emancipação**

Considerando a necessidade de reestruturação da sociedade vigente, tendo em vista o processo anteriormente descrito, qual seja o avanço do modelo de desenvolvimento que se apropria das áreas *Cerradeiras*, desconsiderando as virtudes dos Povos Tradicionais do Cerrado e seus territórios, torna-se urgente lançar luz sobre as formas de reprodução sociocultural dos *Povos Tradicionais* que relutam em manter-se como tais. Isso porque, atualmente há povos mobilizados para por em marcha *outras globalizações* que respeitam as diversidades, mais solidárias e eminentemente locais, isto é, que tem como protagonistas os de baixo. Trata de um modelo que permite que os resultados do trabalho sejam compartilhados. Nele o trabalho é visto como resultado e motor do saber tradicional.

Neste particular, podemos nos fundamentar em Diegues; Arruda (2001, p. 21) que destacam:

[...] as culturas tradicionais estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria;



em que a dependência do mercado já existe, mas não é total. Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais, que não visam diretamente ao lucro, mas à reprodução cultural e social, além de percepções e representações em relação ao mundo natural, marcadas pela idéia de associação com a natureza e a dependência de seus ciclos. Culturas tradicionais, nessa perspectiva, são aquelas associadas à pequena produção mercantil. [...]

No que tange ao conceito de território, substrato onde essas tramas são tecidas, podemos fazer referência a Almeida (2010) que o entende como uma identidade territorial, resultado de uma apropriação “simbólico-expressiva do espaço”, de significados e relações simbólicas. Para a autora, a territorialidade deve levar em conta, tanto as questões de ordem simbólico-cultural como também o sentimento de pertencimento. Para Almeida (2005), o Território é objeto de operações simbólicas onde os atores sociais do Cerrado projetam suas percepções da natureza e a leituras de mundo que os rodeia, o que ocorre fundado numa cultura ecológica do espaço.

Diegues; Arruda (2001) escrevendo acerca desse campo político e ideológico enfatizam que até recentemente esse *outro* sem visibilidade no Brasil, era identificado como o *índio*, havendo pouca preocupação com outras formas de alteridade. É muito recente no país o reconhecimento de identidades socioculturais, tanto no campo dos estudos científicos, quanto no plano do auto-reconhecimento dessas populações tradicionais, como portadoras de uma tessitura social própria.

Acredita-se com Mendonça; Santos (2010) que o trabalho na terra é uma das vias de reprodução social dos Povos nos Cerrados, bem como tem potencial para criar a possibilidade de sociabilidades. O equilíbrio entre esses povos e seu território não é marcado por deliberação planejada ao moldes da sociedade capitalista, mas por um arranjo complexo de comportamento e *táticas* alicerçados por valores éticos, religiosos e por pressões sociais para reprodução simples.

Diegues; Arruda (2001) afirmam que a lida com esses territórios demanda, além de aprofundado conhecimento dos recursos sociais ali existentes e dos períodos de reprodução das espécies, a utilização de um calendário complexo dentro do qual necessitam ajustar-se as diversas operações. Ainda segundo Diegues; Arruda (2001, p, 28):

A emergência da questão ambiental nos últimos anos jogou ainda outra luz sobre esses modos 'arcaicos' de produção. Ao deslocar o eixo de análise do critério da produtividade para o do manejo sustentado dos recursos naturais, demonstrou a positividade relativa dos modelos indígenas de exploração dos recursos naturais e do modelo da cultura rústica, parente mais pobre, mas valioso, dos modelos indígenas.

Dessa maneira, ainda de acordo com os autores, o modo de produção dos Povos Tradicionais, trata-se de um sistema que se distingue daquele inerente ao sistema capitalista, dentro do qual o trabalho e natureza são coisificados e tornados mercadorias. Pode-se falar também em duas concepções e formas de representações do mundo natural e das regras sociais.

Na interpretação de Mendonça; Santos (2010), a simbologia da terra para cultura cerradeira a transformou em mais que um simples recurso social:

[...] transbordando seus sentidos a valores socioculturais que se reproduziram durante séculos no comportamento corporal, no modo de falar e na perspectiva de vida. A terra mais que propriedade, nos moldes da proposta pelo capitalismo, tornou-se tão importante e tão querida como um elemento da família, desfazer de suas terras era como perder um familiar. O Cerradeiro buscará na terra mais do que renda. [...] (MENDONÇA; SANTOS, 2010, p. 05-06)

Almeida (2003, p. 77) observa em relação aos cerradeiros:

[...] O bom conhecimento de certas plantas desta vegetação, por parte da população, permite a extração de folhas de palmeiras para o fabrico de peneiras, cestos e, de madeira para peças de artesanato; os frutos servem para geléias e doces. O modo de vida, essencialmente rurícola, é determinado pelo cotidiano e pelas práticas culturais, pelas percepções da natureza e da condição de morador do sertão, bem como pela fragilidade econômica dos pequenos agricultores.”

É fundamental que pensemos para além da importância estritamente econômica e da produção de bens, via de regra uma análise meramente contábil que se soma ao PIB nacional. Ao passo que, o capital monocultor e monopolista presta desserviços ambientais ao Cerrado e segue erodindo os valores sociais e a diversidade da vida. Por seu turno, os Povos Cerradeiros produzem biodiversidade na medida em que

harmonizam com ela. Os serviços ambientais que os Povos Tradicionais de uma maneira geral, e os Cerradeiros em particular, prestam a sociedade como um todo é inestimável do ponto de vista quantitativo ou material, colocando-se como guardiões da biosfera. Adaptaram táticas que não são lesivas ao meio em que estão inseridos, assim não causando externalidades significativas. Esses povos compactuaram com o Cerrado, em sua visão de mundo: um ente querido. O saber construído e acumulado pelos Povos Cerradeiros constitui elemento sem igual. Sua experiência continua se construindo pela observação experimentada nos dias atuais. A sociedade contemporânea necessita deixar de querer apenas ensinar e se por a aprender com eles.

Na tentativa de desvendar esse complexo universo dos Povos do Cerrado a partir de suas *operações táticas* engendradas cotidianamente, também nos apoiamos na concepção de Certeau acerca do que este denomina de “táticas” do “homem comum”. Em “*A invenção do cotidiano*”, Certeau (1994) fala em uma certa “arte de fazer” entendida como as “mil práticas” pelas quais o “homem comum” ressignifica as coisas e reapropria-se do espaço, organizado pelas técnicas da produção sociocultural legadas ou engendradas habilmente por um certo grupo social. São artes de dar golpes, astúcias de “caçadores”, simulações polimorfas. E acrescenta: “*Em nossa sociedade, elas se multiplicam com o esfarelamento das estabilidades locais [..]*”(CERTEAU, 1994, p. 47)

Michel de Certeau nota algo para além de apenas relações sociais de subordinação no cotidiano dos “consumidores” (ou “dominados”?, pergunta-se ele próprio). Algo mais que mercadoria a ser assimilada pura e simplesmente, passivamente. Certeau (1994) viu nas “*arts de faire*” destes bravos astutos, elementos para uma verdadeira teoria da contraparte da dominação. São, pois, táticas microbianas, mas ardis, as quais, se proliferam no seio das estruturas do sistema, modificando seu movimento, deturpando-o, ressignificando-o, lesando-o. No pensamento certeuniano o cotidiano do ser ordinário revela-nos seres não passivos: seres críticos e seres criativos. Basta olhar para ver ali nas redes tecidas por ele mesmo, um ser agente.

Certeau (1994, p. 97) adjetiva os “homens comuns”: “[...] *poetas de seus negócios, inventores de trilhas nas selvas da racionalidade funcionalista [..]*”, que não raro traçam “trajetórias indeterminadas”, e só aparentemente desprovidas de sentido, pois nada tem de coerente com o espaço construído, escrito e pré-fabricado onde se movimentam cotidianamente. São como frases improvisadas, como um repente,

sugerindo estar fora do lugar. Tais microresistências são, no entendimento de Sousa Filho (2011, p. 132) mobilizadoras de recursos inimagináveis, recursos escondidos em gente simples, ocultos, não raro “[...] *bem debaixo do nariz do poder, dando força à massa anônima e a sua subversão silenciosa.*”

Não que o território não segue sendo precarizado, explorado, subjugado, mas trata-se aqui de assinalar, na vida cotidiana, como também os mais fracos operam seu combate silencioso para virar as regras de um contrato coercitivo. Certeau indicará que os poderes de todas as épocas conservam a pretensão de colonizar essas "táticas", subalternizando-as, isso porque os poderes do sistema dominante, de mil maneiras, tentam domesticar as “artes de fazer”, vista como "reserva popular". Certeau nos ensina que as “operações dos usuários” não estão entregues à passividade e à disciplina como se pode pensar. Propõe que o tema das práticas cotidianas não seja vista como “o fundo noturno da atividade social” (1994, p.37), sugerindo sua articulação.

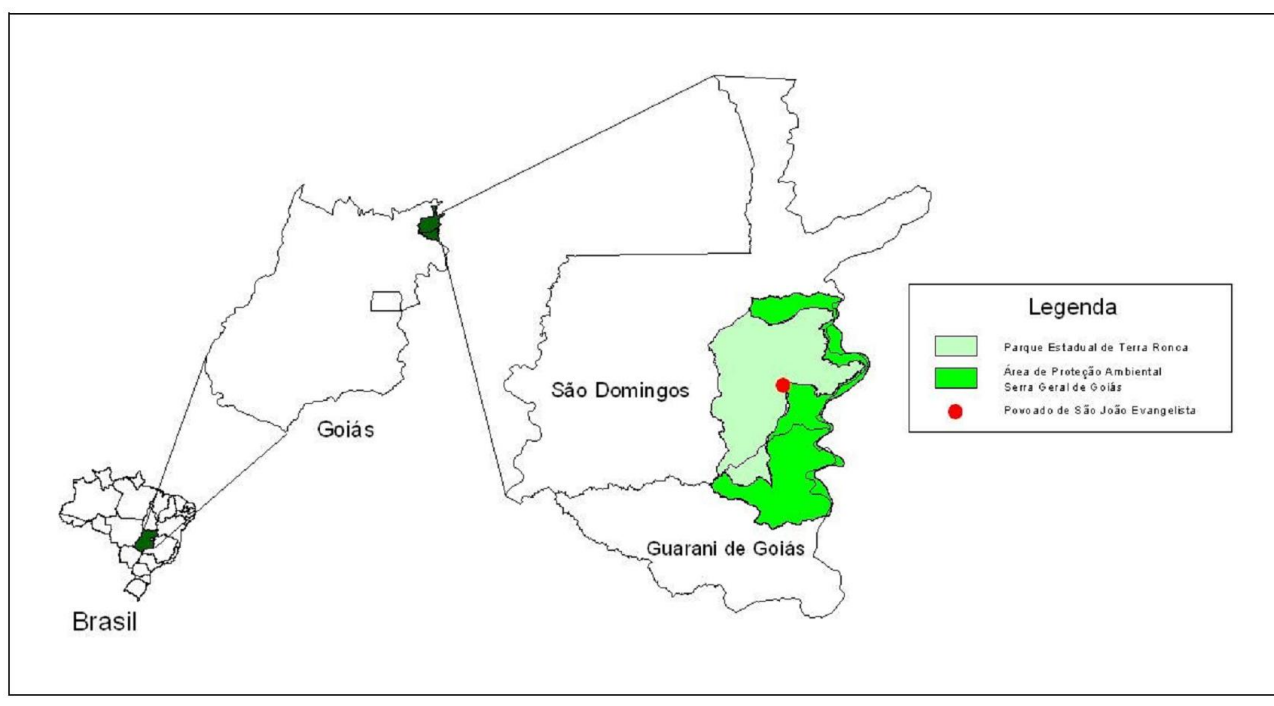
Uma breve consideração sobre a comunidade de São João Evangelista

O presente ensaio se propõe a fazer uma sucinta discussão acerca do agroextrativismo sustentável e agregação de saber aos frutos, praticado pelos Povos Tradicionais do Cerrado da comunidade de São João Evangelista, um núcleo rural localizado no Município de São Domingos, situado no nordeste do Estado de Goiás (Figura 01), todavia sem a intenção de aprofundar o debate, apontando estas práticas como *tática* de reprodução socioeconômica e cultural, sobretudo para aqueles menos capitalizados e, portanto, propensos a abandonarem o campo e se tornarem reservas da força de trabalho para o capital. No povoado vivem cerca de 200 famílias que praticam a agricultura, a pecuária, o turismo e o extrativismo de espécies nativas do cerrado. Cerca de 80 destes estão envolvidos com o extrativismo. O povoado dista 396 km de Brasília - DF e 597 km de Goiânia – GO. Na comunidade não há telefone, tão pouco postos de saúde e outros equipamentos públicos essenciais, sendo a maioria das casas feitas de barro.

### **Figura 1. Localização do Povoado de São João Evangelista**

## O agroextrativismo praticado pelos Povos Tradicionais do Cerrado como alternativa de reprodução social econômica e cultural

Prof. Msc. Robson Munhoz de Oliveira; Prof. Dra Rosângela Ap. de Medeiros Hespagnol



Fonte: Berlinck; Lima (2007)

Os principais problemas de caráter socioambientais identificados preliminarmente na comunidade, por meio de artigos de jornais e revistas, foram: a caça predatória; o trabalho infantil; a desvalorização da força de trabalho feminina; a extração predatória de frutos e outros recursos naturais; a baixa produtividade do extrativismo; o êxodo rural para Brasília e Goiânia; o desmatamento; o uso do cerrado pelas carvoarias; as queimadas descontroladas; o envenenamento de animais silvestres; e, o turismo descontrolado. Todavia, há sete anos essa comunidade vem se organizando com o apoio do Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado (CEDAC) e da Rede de Comercialização Solidária de Agricultores Familiares e Extrativistas. Cerca de 80 famílias vive da coleta de diversos frutos nativos que são fornecidos para as unidades agroindustriais da Rede de Comercialização Solidária de Agricultores Familiares e Extrativistas e para indústria farmacêutica Merk Maranhão, no caso específico da fava d'anta ou faveira (*Dimorphandra sp*). Com a ajuda da REDE e do CEDAC, a comunidade vem trabalhando para eliminar os atravessadores e vender os frutos diretamente para a indústria. Atualmente os agroextrativistas da comunidade fazem parte desta Rede de Comercialização Solidária.

Com a ajuda destas duas instituições a comunidade está aprendendo a realizar o manejo sustentável dos recursos para garantir a continuidade das espécies no Cerrado

para a produção futura, assim não cortando os galhos, pois aprenderam a usar ganchos para tirar o fruto de maneira a não quebrar galhos; não apanham todos os frutos, para que haja alimentos para os animais silvestres que ajudam a espalhar as sementes e recuperar o cerrado em áreas comprometidas pelas queimadas e desmatamento; aprenderam que existem áreas que não podem ser utilizadas, porque são áreas de reprodução de animais ou áreas de nascentes e elas são intocáveis; foram capacitados para o controle do fogo, entre outras formas de manejo. A maior dificuldade enfrentada é a falta de condições de transporte dos frutos, pois os agricultores percorrem longas distâncias a cavalo ou de bicicleta, não podendo carregar muitos frutos.

Atualmente estes agroextrativistas possuem uma área exclusiva para a prática do extrativismo. Isso porque o Governo Federal criou, pelo Decreto Federal de 11 de setembro de 2006, uma unidade de conservação de uso sustentável, a Reserva Extrativista de Recanto das Araras de Terra Ronca, abrangendo uma área de 11.964,133 ha, nos municípios de Guarani de Goiás e São Domingos no Estado de Goiás. A reserva extrativista “[...] tem por objetivo proteger os meios de vida e garantir a utilização e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista residente na área de sua abrangência.”<sup>5</sup> Na reserva a vegetação se caracteriza por cerrados, campos cerrado, campos sujos, matas de galeria, floresta tropical caducifólia e veredas (IBGE, 1995).

A reserva extrativista garante o acesso a terra e a manutenção do cerrado em coevolução com a cultura dos povos que delas fazem parte. As famílias que atuam na área receberam o apoio financeiro da Fundação Banco o Brasil, a qual destinou 100 mil reais na implantação de projetos produtivos para coleta do pequi, da mangaba e do baru e que serão processados em uma unidade produtiva do Centro de Desenvolvimento de Agroecologia do Cerrado (CEDAC) em Goiânia.

A criação dessa reserva extrativista está permeada por uma série de questões polemicas e disputa de interesses entre guias turísticos que se acharam prejudicados; pessoas que se dizem proprietários de terras não indenizadas; e, ambientalistas que não acreditam na capacidade da reserva em preservar a rica biodiversidade local devido à presença dos extrativistas.

---

<sup>5</sup> Decreto de 11 de setembro de 2006.

**O agroextrativismo praticado pelos Povos Tradicionais do Cerrado como alternativa de reprodução social econômica e cultural**

Prof. Msc. Robson Munhoz de Oliveira; Prof. Dra Rosângela Ap. de Medeiros Hespagnol

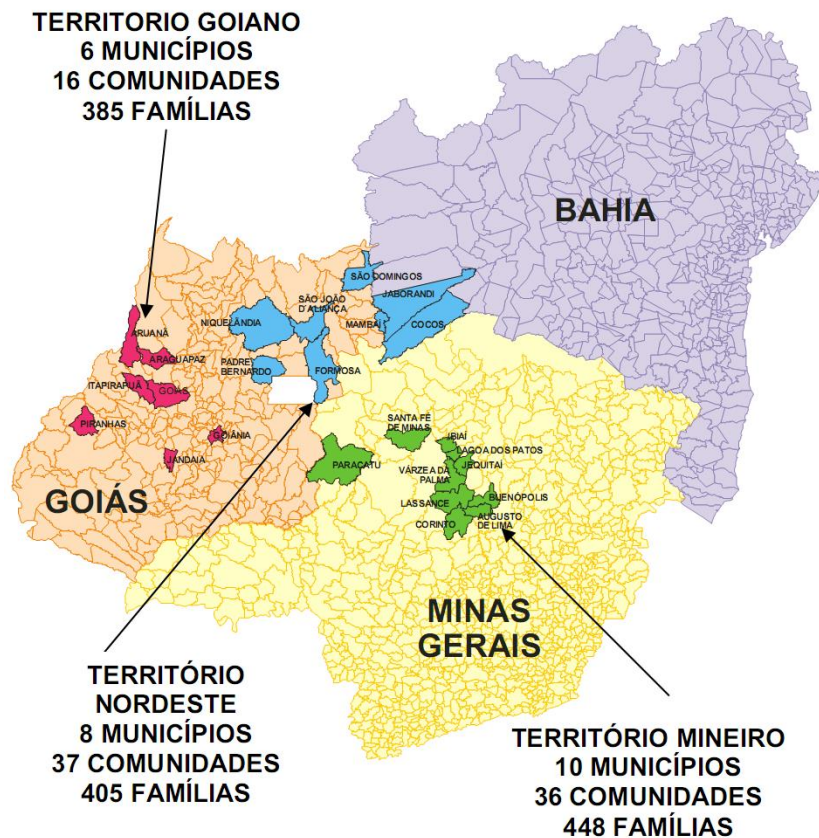
---

A Rede de Comercialização Solidária a qual a comunidade São João Evangelista está vinculada, envolve 83 comunidades nos Estados de Goiás, Minas Gerais e Bahia, foi criada em 2000 e está organizada em três territórios, a saber: Território Goiano, formado por nove (09) municípios; Território Nordeste, formado por dez (10) municípios; e Território Mineiro, formado por 11 municípios. O Município de São Domingos é pertencente ao Território Nordeste (Figura 02).

**Figura 02: Territórios da REDE**

## O agroextrativismo praticado pelos Povos Tradicionais do Cerrado como alternativa de reprodução social econômica e cultural

Prof. Msc. Robson Munhoz de Oliveira; Prof. Dra Rosângela Ap. de Medeiros Hespagnol



Fonte: Rede de Comercialização Solidária de Agricultores Familiares e Extrativistas do Cerrado.

Os Municípios são agrupados pela relativa proximidade geográfica e constituem territórios de ação da Rede. O Território Nordeste é constituído por agroextrativistas dos municípios de São Domingos, Posse, Guarani de Goiás, Mambaí, Formosa, São João D'Aliança, Damianópolis, Flores de Goiás, no Estado de Goiás e, Cocos e Jaborandi, no Estado da Bahia, por 37 Comunidades e 405 famílias.

Aproximadamente 200 espécies do cerrado são manejadas e comercializadas coletivamente pela REDE. Em 2002 foi criada a Cooperativa Mista de Agricultores Familiares, Extrativistas, Pescadores, Vazanteiros e Guias Turísticos do Cerrado – Coopcerrado, buscando a valorização dos produtos através da agroindustrialização e comercialização com a marca própria - Empório do Cerrado - e em 2006 foi criada a REDE CRED para o acesso ao crédito.

Está sendo constituída pela REDE em Goiânia um complexo ecosocio-produtivo dos agroextrativistas formada por uma Unidade de Beneficiamento de Baru e derivados - carvão ecológico-, uma Usina de Óleos Vegetais, um Entreposto de Produtos Apícolas



e um Centro de Distribuição de Produtos Agroextrativistas. Ademais, estão previstas cinco unidades de beneficiamento.

Porto Gonçalves (2011, p. 56) concluir que a razão para essa “[...] *original forma de territórios organizados em rede* [...]” é entendida pela tradição da geografia dessas comunidades que vivem nos/dos cerrados de forma dispersas ao longo das veredas, onde realizam práticas agrícolas e a criação de pequenos animais, ao passo que as encostas e as chapadas, são usadas para o extrativismo e o pastoreio do gado. “*Em função desse caráter disperso da organização social e cultural do espaço geográfico desenvolvido por essas comunidades, do caráter sazonal e também disperso dos diferentes frutos e resinas colhidos* [...]” Assim, acredita-se que nenhum dos três territórios que a Rede conformou, conseguiria sua sustentabilidade econômica isoladamente, devido à pequena escala da produção e a natureza dispersas dos frutos pelo cerrado. Daí a criação de uma Rede de Comercialização Solidária de seus produtos. “*Esse caráter implica que a autonomia de cada território só se realiza se for capaz de se organizar numa escala supralocal* [...]” (PORTO-GONÇALVES, 2011, p. 56)

### **Considerações Finais**

Com o processo de modernização da agricultura, de modo particular, e do território nacional de maneira geral, os povos tradicionais com seu saber, entendido por aqueles que possuem continuidade histórica e cultural, foram sendo paulatinamente desterritorializados pelas grandes corporações multinacionais ligadas à agricultura empresarial e pelo latifúndio improdutivo, que usaram como arma o meio técnico-científico-informacional, revestido de um manto de progresso e desenvolvimento. Neste contexto, o modo tradicional de trabalhar com a terra foi sendo colocado como antiquado e, portanto, teve que ceder lugar aos “modernos” meios técnicos, passível de ser usada em larga região do planeta, ignorando as complexidades inerentes aos múltiplos ecossistemas e modos de vida tradicionais.

Nas áreas de cerrado se ignorou outros sistemas, como os que combinam diferentes táticas de usos do ecossistema como o extrativismo de frutos, raízes, ervas medicinais, lenha etc. e que, não raro, também praticam a agricultura, os chamados agroextrativistas. Nesse processo, mais uma vez, nega-se a legitimidade e historicidade dos territórios forjados pelos *Povos Cerradeiros*. As terras foram cercadas e os

## **O agroextrativismo praticado pelos Povos Tradicionais do Cerrado como alternativa de reprodução social econômica e cultural**

Prof. Msc. Robson Munhoz de Oliveira; Prof. Dra Rosângela Ap. de Medeiros Hespagnol

---

agroextrativistas e/ou povos tradicionais, pouco a pouco, privados de plantar, criar animais e coletar, comprometendo, assim, sua identidade cultural como Povos do Cerrado.

Defende-se como pilares fundantes para a potencialização do território cerradeiro: 1) a necessidade de reconhecimento desses atores pelo Estado como agentes que prestam serviços ambientais inestimáveis; 2) organizar esses agricultores em associações ou cooperativas; 3) qualificar esses agricultores para agregação de valor a produção; e por fim, 4) estudos das formas de organização coletivas e canais de comercialização que possibilitem a melhor barganha dos frutos do trabalho no mercado nacional e internacional, para não ficarem refém do mercado local.

### **Referências**

ALMEIDA, M. G. Cultura Ecológica e Biodiversidade. **MERCATOR - Revista de Geografia da UFC**, Ano 2, numero 3, , 2003, p.71-82.

\_\_\_\_\_. Fronteiras, territórios e territorialidades. Revista da Anpege (Fortaleza/CE), 2005. p. 103-114.

\_\_\_\_\_. Territórios de Quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás - patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado. Goiânia, IESA, **Ateliê Geográfico – EDIÇÃO ESPECIAL**, v. 1, n. 9 fev. p.36-63, 2010. Disponível em <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/ateliê/article/view/9389/6470>> acessado em 8 de outubro de 2010.

AMIN, S. (2003). **Pobreza mundial, pauperização & acumulação de capital**. Disponível em <[http://resistir.info/samir/pobreza\\_mundial.html](http://resistir.info/samir/pobreza_mundial.html)> Acessado em 25 de agosto de 2010.

CERTEAU, M.. A invenção do cotidiano: arte de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 351.

CORREIA, J. R. et al. **Planejamento participativo de projeto de pesquisa em comunidades de agricultores familiares, no Norte de Minas**. IX Simpósio Nacional do Cerrado, II Simpósio Internacio. Savanas Tropicais, 2008.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA R. S.V. (Org.). Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil. Brasília: MMA, 2001. Disp. em: <http://www.usp.br/nupaub/publica0.html>. Acesso em: 07 de set. 2010.

IBGE, Séries Estudos e Pesquisas em Geociências. In: Zoneamento Geoambiental e Agroecológico- Goiás/Região nordeste. Rio de Janeiro, 1995. p.84

HESPANHOL, R. A. M. **Produção familiar: perspectiva de análise e inserção na Microrregião de Presidente Prudente.** 2000, 354 f. Tese (Doutorado em Geografia) Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

\_\_\_\_\_. Agroecologia: limites e perspectivas. In: ALVES, A. F.; CORRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Org.) Desenvolvimento territorial e agroecologia. São Paulo, Expressão Popular. 1 ed., 2008, p. 117-136.

\_\_\_\_\_. A adoção da perspectiva territorial nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil. In: **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v.5, n.10, p. 123-147, ago. 2010.

KLINK, C. A.; MACHADO, R. B. **A conservação do Cerrado brasileiro.** Megadiversidade, v.1, nº 1, julho, 2005, p. 147- 155. Disponível em: <[http://www.conservation.org.br/publicacoes/files/20\\_Klink\\_Machado.pdf](http://www.conservation.org.br/publicacoes/files/20_Klink_Machado.pdf)> Acessado 5 de jan. de 2010.

MARCATTO, Celso. **Agricultura Sustentável: Alguns Conceitos e Princípios.** Disponível em: <<http://www.redeambiente.org.br>> Acessado em: 1999, 17 p.

MENDONÇA, M. R.; SANTOS, R. **Antes de tudo um forte: a existência e (re) existência dos povos cerradeiros frente as tramas do capital.** Simp. Inter. de Geografia Agrária. Disp. em <http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo/Rodrigo%20dos%20Santos.pdf> > Aces. 28 ago. 2010.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; SILVA, A. K. **Territórios em Rede: a criatividade político-cultural dos Povos do Cerrado.** Goiânia: Rede, 2011, 54-74. Disponível em < <http://www.emporiodocerrado.org.br/pt-br/documentos/artigo-territorialidade-em-rede.pdf>> Acessado em 17 de fevereiro de 2011.

PORTO-GONÇAVES, C. W. Geografia da riqueza, dome e meio ambiente. In: **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** OLIVEIRA; A. U.; MARQUES, M. I. M. (Orgs.) São Paulo: Ed. Casa Amarela e Editora Paz e Terra, p. 207-253, 2004.

SANTAMARTA, J. (2002). **La crisis de la biodiversidad.** World Watch. Disponível em <<http://www.nodo50.org/worldwatch/ww/htm/02-15.html>> Acessado em 23 de junho de 2009.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, p. 259.